



ERRO DA POLÍCIA

Téo Vilela pede desculpas a professor

O governador Teotônio Vilela pediu desculpas, ontem, ao sociólogo Carlos Martins, pelo equívoco de sua prisão na última sexta-feira (10), por agentes da Polícia Civil.

Por telefone, o governador disse ao sociólogo que lamentava o incidente e que a direção da Polícia Civil adotará as providências no sentido de apurar as

responsabilidades no caso.

O governador alegou para Martins, durante a conversa, que a polícia alagoana tem cometido muitos acertos com a prisão de criminosos, no desmantelamento de quadrilhas e na execução do Plano de Segurança em parceria com a Força Nacional, com a já visível redução de homicídios em 30 dias de

ações em Maceió e outros municípios.

Segundo o governador, a política britânica, considerada uma das mais preparadas do Mundo, há alguns anos matou em Londres um brasileiro por engano. "O que aconteceu aqui em Alagoas não pode ser generalizado como uma prática da nossa polícia", enfatizou Teotônio,

defendendo que o sociólogo não deixe de acreditar na polícia como instituição.

VÍTIMA

Antes da conversa por telefone, o sociólogo já havia comentado com a imprensa sobre a intenção do Estado em se redimir. "O governo pode estar admitindo a culpa quando sinaliza para conversar comigo", reflete o professor.

NO MPE

Após abuso, sociólogo entra com ação contra o Estado

NIGEL SANTANA
REPÓRTER

O professor e sociólogo Carlos Martins tem sua pesquisa de mestrado voltada para o conceito de força e violência aplicada pelo aparelho de segurança estadual. Tal conceito saiu da teoria para a prática, quando Martins viu sua casa revirada e ele algemado, confundido com um criminoso, acusado de assaltos a bancos, na última sexta-feira (10), por policiais.

Ao prestar esclarecimentos ontem na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Alagoas, Carlos Martins esteve acompanhado do advogado Alberto Jorge, presidente da Comissão de Defesa das Minorias da Ordem. À imprensa, ele

assegurou que já deu entrada junto ao Ministério Público Estadual em uma representação criminal contra o governo por danos morais. Na próxima segunda-feira está marcado um encontro com a promotora Marluce Falcão, da Comissão de Direitos Humanos do MP para conversar sobre a ação indenizatória.

Ao se reportar à ação policial, o professor divulgou que, durante dois dias da semana, se sentiu vigiado e ameaçado de perto por uma suposta agente de endemias e outra pessoa que estava a mexer em um poste próximo à sua residência. Segundo Carlos Martins, a agente falou com ele pelo interfone, porém, não soube informar qual seria a função dela ao entrar no apartamento.